

CRISE DOS MERCADOS

Recessão vai complicar meta de ajuste fiscal

Crescimento zero do PIB em 99 representará uma queda de cerca de R\$ 10 bilhões na arrecadação, o que exigirá um esforço fiscal maior que o planejado, dizem economistas

DENISE NEUMANN

O governo brasileiro terá um problema extra na hora de aplicar o ajuste fiscal do próximo ano: a recessão. A queda no Produto Interno Bruto (PIB) em 1999 vai reduzir a arrecadação do governo federal e dos governos estaduais.

O rombo entre a estimativa atual do governo – uma receita de R\$ 196 bilhões em 1999, estimulada por um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 4% no próximo ano – e as possibilidades colocadas por um quadro de crescimento zero está próximo de R\$ 10 bilhões. Para compensar a perda de arrecadação em relação a 1998, economistas prevêem aumento de impostos, ampliação do número de contribuintes e adoção de novos tributos, além do corte de gastos.

No Orçamento Geral da União (OGU) para 1999 o governo federal estimou uma receita total de R\$ 196 bilhões, volume 5,8% superior ao estimado para este ano. Essa receita permitiria ao governo um superávit fiscal (receitas superiores às despesas) de R\$ 8,7 bilhões.

Para chegar a essa estimativa o governo previu um crescimento de 4% no PIB em 1999 e uma inflação anual de 3%. "Como o crescimento de 4% não vai ocorrer, o governo precisará fazer um esforço extra para compensar a perda de arrecadação", avalia a economista Rita de Cássia Rodrigues, da Tendências Consultoria Econômica. "A desaceleração econômica joga contra o ajuste fiscal", observa.

IPI – Pelas projeções da Tendê-

cias Consultoria Integrada, apenas no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o governo não deve receber R\$ 1,5 bilhão em receitas extras previstas para 1999. No total, a consultoria trabalha – por enquanto – com um Orçamento de R\$ 181 bilhões em 1999, indicando uma queda de 2% ante 98. O ajuste fiscal que está sendo preparado vai alterar esses números.

O governo paulista avalia que 1999 será o terceiro ano consecutivo de queda no recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS). Em 1999, a receita deve ficar cerca de 3% menor que a de 98, representando uma perda de R\$ 480 milhões para o Estado.

"A queda de receita vai ser muito forte no próximo ano", estima o economista Bernard Appy, responsável pelo acompanhamento das contas públicas na LCA Consultores. "A previsão de receita para 99 está inchada e ela não será alcançada", diz. A diferença entre a previsão de um crescimento de 4% no PIB e

um crescimento zero deve reduzir a arrecadação entre R\$ 10 bilhões e R\$ 15 bilhões, avalia Appy.

Em artigo publicado na semana passada no *Estado*, o economista norte-americano Paul Krugman chamou a atenção para a relação ambígua entre recessão e ajuste fiscal. "Informam-nos que o Brasil precisa passar por uma recessão por causa de seu déficit orçamentário. Sim? Desde quando um déficit orçamentário precisa de uma recessão (que, por si só, claro, dificul-



Arquivo/AE - 29/11/95

Panzarini, da Secretaria da Fazenda: arrecadação de ICMS caiu 8,5% em agosto e perda no ano pode chegar a R\$ 480 milhões

ta muito mais sua redução?)?"

"O governo vai precisar mexer nos impostos para manter a arrecadação no mesmo nível de 1998", pondera o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas. Como o ritmo de atividade estará menor (o que representa queda de receita com IPI e Imposto de Importação (II), entre outros impostos) e o governo vai deixar de arrecadar receitas extras (como o IR sobre o estoque das aplicações financeiras, que rendeu mais de R\$ 3 bilhões ao governo em 1998), outras alternativas deverão ser retiradas do "saquinho de maldades do Everardo Maciel", observa Velloso, fazendo referência ao secretário da Receita Federal.

ICMS – "A arrecadação de ICMS é muito sensível à queda

da atividade", diz Clóvis Panzarini, coordenador de Arrecadação Tributária do Estado de São Paulo. No ano passado, diz, nos primeiros quatro meses pós-crise asiática e brutal elevação dos juros internos, o ICMS teve uma queda média de 7% na arrecadação, ante igual período do ano anterior.

Nos últimos três meses, informa Panzarini, a receita com ICMS voltou a cair em São Paulo: em julho ficou 6,1% abaixo do mesmo mês de 1997, em agosto a queda foi de 8,5% e setembro

encerrou com um ICMS 1,7% menor. Na média de janeiro a setembro, a queda é de 2,7% em relação a igual período do ano passado. "Se esse nível de queda for mantido, vamos encerrar o ano com uma perda de R\$ 480 milhões", calcula.

O diretor do Departamento de Análises Econômicas do Banco BMC, Marcelo Allain, diz que "fica muito mais difícil fazer um ajuste fiscal de R\$ 20 bilhões com um crescimento zero do que com 4%". Allain pondera que nem todos os impostos estão di-

retamente relacionados à atividade econômica, mas uma conta simplificada – considerando um ajuste linear que retire os 4% de crescimento do PIB na projeção do OGU de 1999 – implicaria R\$ 7,5 bilhões a menos nas receitas.

"Essa é uma conta imperfeita", diz, mas serve para indicar que o impacto da recessão na queda de receitas é bastante alto. Ele espera medidas de corte de gastos e aumento de arrecadação, com elevação de alíquotas e combate à sonegação.

Velloso diz que, em uma segunda fase, o ajuste pode ter um "efeito anti-recessivo indireto". "Se o ajuste for eficiente, os juros poderão cair, compensando o efeito recessivo do corte de gastos e da transferência de recursos, do setor privado para o público", afirma. "O que mata a economia não é o efeito do pacote fiscal, mas a alta dos juros."

Ele estima que o governo precisa fazer um ajuste fiscal de R\$ 20 bilhões. Para atingir essa meta, terá de cortar despesas e compensar, com impostos, a arrecadação que será perdida por causa da queda do ritmo de atividade. "É a queda de receita que vai depender do tamanho do pacote", explica, como se a relação entre queda de receita e ajuste fiscal fosse uma brincadeira do que veio primeiro: o ovo ou a galinha.